
PANAMÁ – Sessão entre comunidades: Nomes geográficos no primeiro nível (1 de 2)
Segunda-feira, 25 de junho de 2018 – 15h15 a 16h45 EST
ICANN62 | Cidade do Panamá, Panamá

DESCONHECIDO: [Fala em inglês]

OLGA CAVALLI: Alô, distintos amigos, colegas. Vamos começar a nossa sessão. Nós temos que começar agora, porque já estamos no horário. Então, pediria a todos que se sentassem para que começássemos. Então, queremos saber se os técnicos estão prontos com os slides. Bem, muito obrigado.

Então, à esquerda, por favor, peço que sentem. muito obrigado. Bem, agora queremos os slides. Muito obrigada.

Bem-vindos a essas sessões. Essa sessão de uma hora e meia foi organizada assim, da seguinte forma: teremos uma apresentação, depois vamos nos dividir em pequenos grupos. Nós temos esses cartazes aqui, é flipcharts em inglês e em português, se usa também, flipchart. Pelo menos, da Argentina, a gente tem muitas palavras diferentes. É bem regional.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Então, vamos nos dividir em pequenos grupos para que você possa fazer as suas contribuições para o nosso trabalho do Grupo de Trabalho 5. E depois, então, agora eu vou passar o microfone para Annabeth Lange.

ANNABETH LANGE:

Eu gostaria de dar as boas-vindas a todos. Muito obrigado por terem ficado aqui nessa sala. Bem, Olga já deu as boas-vindas e eu, então, me junto a ela nisso.

Apresento os co-líderes desse Grupo de Trabalho 5: Olga Cavalli do GAC, Javier Rua-Jovet do ALAC e Martin Sutton do GNSO e eu, Annabeth do ccNSO. Nós tínhamos trabalhado já há bastante tempo e já nos conhecemos bem. E também, temos a Cheryl Langdon-Orr e o Jeff Neuman, que reúne o grupo todo.

Então, antes de passar para o que a Olga falou. Antes de dividir os grupos. Gostaria de falar um pouco sobre qual a situação e o que é essa Via de Trabalho 5. Os que estiveram antes, tem a explicação. Essa Via de Trabalho 5 é uma subequipe do Grupo de Trabalho do PDP, que tem tudo a ver com o novo processo dos procedimentos subsequentes de novos gTLDs.

Então, nós reunimos experiência coletivas da comunidade do programa de 2012. E ver se havia algo que fosse necessário

mudar para preparar e para consertar o que não deu certo e manter o que deu certo.

Então, nós queremos combinar, em relação aos nomes geográficos dos domínios de topo. Então, nós trabalhamos com o GAC, nós tivemos um grupo de trabalho. E agora, estamos todos juntos. Todos podem participar como membro ou observador. E eu, incentivo a vocês participarem.

E agora, nós temos essa sessão intercomunitária. É bom que todos estejam aqui. A ideia é obter informações sobre a situação da Via de Trabalho 5. Nós achamos que é importante ter as contribuições da comunidade sobre alguns tópicos, que nós, durante o nosso trabalho, vimos que [inaudível] mais controversos. E dar uma nova perspectiva para os que não estão acompanhando esse trabalho.

Eu gostaria de pedir que quinta-feira, por favor, venham a sessão sobre esse trabalho. Como eu falei, o seu trabalho, a sua contribuição é muito importante para podermos avançar, como disse a Olga.

Então, brevemente, o que nós discutimos: passamos por todos os tópicos no escopo do trabalho. Mas só dos nomes geográficos no domínio de topo. Então, não tem a ver com o nível secundário, as combinações de letras em ASCII. Há nomes de países e territórios, nomes de cidades, nomes subnacionais; por

exemplo, estado, província, regiões da UNESCO. Então, as que aparecem na composição de regiões macrogeográficas continuadas, sub-regiões. Outros nomes geográficos, como características geográficas, como rios, montanhas, vales, lagos. E que estão culturalmente, ligadas de forma significativa a geografia. E ver em quais, o que é necessário para fornecer proteção.

Essas questões mais importantes, os argumentos foram reunidos num documento de trabalho e isso será publicado mais tarde. Vamos ver o que acontece durante essa semana. Até agora, achamos que há convergência preliminar em algumas coisas. Nós não vamos discutir isso, de novo. É possível fazer contribuições depois que o relatório sair.

Então, a convergência preliminar, nós então, temos em relação a continuar a reserva no domínio de topo para os países ou termos relacionados a países e territórios. Então, combinações de dois caracteres em ASCII e foi sugerido em usar o ASC de três letras.

Outra coisa, que há convergência, que são os códigos de países de três caracteres. E como nós discutimos em Porto Rico, isto está na lista da ISO 3166. E o resultado, depois da discussão de San Juan, nós gostaríamos de saber qual é a entidade ou

entidades podem solicitar esses caracteres? E como isso será tratado?

Também, dissemos que deve haver uma carta de consentimento do governo para o solicitante quanto a nomes de cidades, quando elas são capitais.

Agora, passamos a discutir o que nós gostaríamos que vocês discutissem hoje. E eu vou passar a palavra para Olga Cavalli.

OLGA CAVALLI:

Muito obrigado, Annabeth. Eu gostaria de agradecer todos os colegas do GAC, que comentaram alguns dos temas que a Annabeth destacou alguma convergência e seus comentários são muito importantes para isso.

Se vocês acompanharam a lista de e-mails e vocês devem ter observado, que há uma discussão bastante animada de como lidar com nomes de cidades, que não são capitais.

Mas eu gostaria de mostrar alguma ideias de como lidar com isso, quanto a política do PDP de 2007, estão disponíveis mas é um mecanismo de desafio para que os governos iniciem um objeção, aos solicitantes devem conhecer os princípios do GAC, como foi dito antes. E os solicitantes devem mostrar que o uso dessa cadeia de caracteres não viola nenhuma legislação nacional, porque em alguns países, algumas cidades são

protegidas pela legislação e isso deve ser levado em conta. E no Manual do Solicitante, que foi a base desse trabalho, há uma exigência de documentação de apoio ou não objeção dos governos relevantes ou autoridades públicas, em que o solicitante declara que intenciona usar o gTLD para objetivos associados ao nome da cidade.

E isso está claro no manual, esse [inaudível] está claro, que os objetivos desse gTLD será usado para associado com o nome da cidade e foi discutido se precisava de uma carta de autorização ou não. E na lista, desculpem, eu não mudei nada, que eu... consegui mudar.

Quanto aos processos, o processo foi sugerido para ser mostrado em separado, discutido em separado para que se fosse mais simples. Isso foi sugerido por um membro da Via de Trabalho 5. Então, o processo deve ser separado em três partes.

A primeira parte é a elegibilidade. O que é necessário para que esse nome seja um nome geográfico ou não. E os mecanismos de desafio, que as autoridades poderiam utilizar e quais são as exigências contratuais e a conformidade. Isso ajuda, porque mostra mais claramente que há diferentes pontos no processo, que são de tipos diferentes.

Então, passar para o próximo slide. Muito bem, funcionou.

Quanto a elegibilidade, o que é necessário, a avaliação. Isso é o que diz no Manual do Solicitante de 2012. Como diferentes de outras categorias de nomes geográficos, não há proteção universal para o nome de cidades, que não são capitais como o que acontece com os rios, etc. Então, as proteções dependem do uso ou do propósito do uso dessa cadeia de caracteres. E é necessário haver uma carta de apoio ou de não-objeção dos governos envolvidos.

E todas as cadeias, independente da designação pelo solicitante, devem ser revisadas pelo Painel de Nomes Geográficos. Isso ficou bem claro. Quanto aos mecanismos de ... como é que as partes envolvidas poderiam, então, contestar esse processo e poderia ser uma carta.

E foi discutido hoje no GAC. Então, que seria dado um alerta no início do processo, que havia uma preocupação com esse nome e o GAC, a recomendação do GAC, foi de que essa solicitação não deveria continuar e mas que é necessário consenso do GAC.

Então, quanto aos procedimento de objeção, seriam: objeção por confusão de cadeias de caracteres, etc. Então, quais são as exigências contratuais e a conformidade para todos os solicitantes, há cláusulas gerais no contrato de registro. Por exemplo, aqui temos a sessão 3.1 e para nomes geográficos, nomes de cidades não-capitais, então, pode haver retirada da

solicitação e a ICANN, então vai cumprir com uma ordem legalmente vinculante para uma jurisdição.

E nós temos o processo de resolução de disputa [inaudível]. Em especial, o PICDRP. Eu vou passar, então, a palavra para o Martin.

MARTIN SUTTON:

Eu gostaria de voltar um pouco. Na sessão anterior, se falou dos procedimentos subsequentes e um dos comentários recebidos nessa sessão foi dizer que era muito difícil de participar em todas as Vias de Trabalho. E eu acho que as diferentes ... Isso se sente em várias partes da ICANN. Então, o GAC, por exemplo, que temos gente que trabalha em vários PDPs, então hoje seria uma boa oportunidade nessa sessão intercomunitária, de trabalhar juntos, discutindo o conteúdo que estamos discutindo ou trabalhando nessa Via de Trabalho 5.

Então, até o final dessa sessão, queremos explorar algumas questões específica, quanto a nomes de cidades não-capitais e a Olga já deu ideia de que há diferentes ideias de controle, por assim dizer, que poderiam ser aplicadas. Desde medidas preventivas até de remediação. Há uma ampla gama dentro do manual da ICANN e além do manual da ICANN, que ajudam a lidar com essas questões.

Hoje, eu vou mostrar algumas... gostaria de falar de algumas questões, que gostaríamos que vocês enfocassem e dizer o que já aconteceu em termos de deliberação dentro da Via de Trabalho 5. Então, vou passar, então, a palavra para o Javier, para depois podermos nos dividir em grupos e discutir isso.

Quanto a primeira questão aqui, em relação... todas as questões aqui estão relacionadas a primeira fase, que seriam as medidas preventivas, quais são os controle que poderíamos ter, que seriam as exigências de elegibilidade.

E na Via de Trabalho 5, nós concentramos muito na proteção preventiva. E eu acho que era importante ter contribuições da comunidade em relação a isso.

Deveria haver, então como a primeira pergunta, alguma forma de proteção universal para os nomes de cidades não-capitais? Por que ou por que não? Queremos discutir isso aqui. E queremos, então, reunir isso com as contribuições, que nós já recebemos.

Bem, aqui nós temos, aqui alguns argumentos. Então, alguns que estão a favor da proteção universal, do lado positivo, permite que as pessoas associadas a um local, tenha uma voz quanto ao uso do seu nome. Permite que os governos protejam o interesse público e o interesse dos residentes e das comunidades. E também, permite que as autoridades públicas

atuem sobre as leis aplicáveis e sejam responsabilizadas, de acordo com os seus sistemas legais e que seja, de acordo com as obrigações da ICANN, de agir em conformidade com a legislação local.

Alguns argumentos contra a proteção universal é que os governos não devem ter o direito especial ou privilégio, em relação ao direito internacional. A ICANN não tem obrigação de seguir toda a legislação nacional e local.

Os direitos de remediação, pessoalmente estão favorecendo os processos da ICANN. E os processos de objeção devem ter meios suficientes para abordar as preocupações, em relação a uma solicitação. Ao contrário do compromisso da ICANN de apoiar a livre expressão. A ICANN deve eliminar barreiras desnecessárias, ao estabelecer a comprovação de ausência de dano, ao estabelecer novas TLDs.

Então, isso a gente pode falar com mais detalhes, mas mostra mais ou menos, o que nós discutimos. Então, se você quiser discutir isso mais, podemos dizer para que zona você deve ir, depois da gente falar da pergunta 2.

Então, há várias partes aqui também e são principalmente, as medidas preventivas, especialmente, muitas cidades, nomes de cidades que não são capitais, não são únicas. Então, como que o solicitante ou painel, determina qual o governo ou autoridade

pública são os apropriados? Isso é possível estabelecer? O solicitante tem que também pedir aprovação de parte de todas as cidades, que compartilham o mesmo nome? Isso é muito importante.

Segundo, é possível estabelecer uma lista definitiva de termos protegidos, que ajudam na previsibilidade de todas as partes? Terceiro, para aprovação as cartas de apoio na objeção dos governos correspondentes, autoridades públicas fazem sentido?

Então, vou parar por aqui um pouco. Também, temos alguns comentários, que surgiram da Via de Trabalho 5.

E quanto ao primeiro item sobre tentar determinar qual é a autoridade de governo, pública que deve lidar com isso. E recebemos comentários diferentes. É uma barreira financeira e logística importante, que os solicitantes identifiquem o governo ou autoridade correspondente para obter a aprovação. E se eles não responderem de forma pontual e não há uma maneira fácil de identificar todas as cidades potenciais, que compartilham o mesmo nome, por exemplo, Springfield.

E com o apoio do GAC e de ICANN Org, é possível que o solicitante se encontre um governo ou uma autoridade, além das sugestões incluídas para criar uma base de dados de cadeias com restrições, a fazer pressão com ao Painel de Nomes

Geográficos para que recomendem aos solicitantes ou criem uma nova entidade.

Por último, todas as cidades que compartilham um domínio, devem ter a oportunidade de apresentar cartas de apoio na objeção, porque tem os mesmos direitos. Todas elas. Então, há alguns argumentos contra esses pontos levantados, que os solicitantes devem poder por um limite, quanto a recursos para terminar se uma cadeia é um nome de cidade.

E os recursos existentes poderiam ser completados pelo uso de painel de especialistas. Uma lista exaustiva poderia ser criada, que utilize algumas medidas objetivas, como o tamanho da população, como por exemplo, menos de 500 mil ou as dez principais cidades por país, como exemplo. E não, uma única definição para o termo cidade. E mesmo com uma única definição, as populações mudam o tempo todo e seria impossível, criar e manter uma lista definitiva e única.

E os processos, por último, devem ser transparentes e previsíveis, salvo se houver uma lista objetiva para usar como referência, a implementação seria injusta para todos os solicitantes.

Vamos passar, então, 2.3 sobre as cartas de não-objeção ou apoio, se fazem sentido. E quanto aos comentários recebidos, incluem que todas as partes interessadas participem do

processo. Um processo que começou em 2012 e que teve alguns resultados bem sucedidos, quanto a TLD cidades.

E também, que haja flexibilidade para as diferentes soluções. E alguns governos, por exemplo, podem ter uma abordagem "laissez-faire", enquanto outros governos podem participar. E por último, os governos não precisam controlar ativamente, o processo de solicitação para determinar se a ICANN revisa uma solicitação, que o governo possa considerar como relevante.

E alguns argumentos contra são os requisitos de que as cartas de não-objeção ou apoio, criaram uma falta de previsibilidade para alguns solicitantes com ônus financeiros e logísticos. E também, servem como para que um governo, de fato, vete as solicitações e por outra parte, outras partes devem controlar o processo de solicitação e manifestar preocupações sobre as solicitações, que possam ter impacto nos direitos e interesses.

E quanto a terceira pergunta, tem a ver com os anos futuros e então, o uso da cadeia proposta ainda é pertinente? E deve servir como fator determinante, que precise de aprovação, se não e por que? Então, quanto as cidades não-capitais, que pode haver um requisito de uma carta de não-objeção ou apoio e quanto ao uso do nome geográfico que representa.

Alguns dos comentários que recebemos na Via de Trabalho 5 demonstram um apoio, enquanto isso, estou dizendo num

contexto genérico ou de marca, não pode provocar, não há risco ou confusão. Portanto, o processo de não-objeção ou apoio não é necessário.

A natureza única dos TLDs não dão a primazia aos governos sobre o uso do TLD, os donos de marcas têm direitos de utilizar os nomes, que estão sob a legislação de marcas registradas. E o TLD é um recurso único, quando a cadeia é delegada a uma parte e portanto, as outras partes não podem utilizá-la.

Quanto ao uso, há motivos políticos, sociais, históricos, econômicos e conotações, que afetam as populações e também, os governos e autoridades públicas. E se o uso não for geográfico, a palavra ainda assim, tem conotações geográficas. E o solicitante pode beneficiar-se das associações positivas relacionadas a um lugar. Tivemos algumas discussões sobre essa questão na Via de Trabalho 5.

E eu vou passar aqui, o microfone ao Javier para que fale sobre o processo de dividirmos aqui em pequenos grupos de trabalho. Temos aqui, um cartão vermelho, quando ver alguma conduta errada.

JAVIER RUA-JOVET:

Boa tarde para todos. Sempre com base no espírito multissetorial, nós pedimos que contribuam.

E hoje de manhã, as sessões foram muito positivas, as pessoas falaram, opinaram, foram muito criativas.

E também, queremos isso hoje a tarde. Vai ser muito desafiador. São muitos, agora, mais do que hoje de manhã. Mas temos aqui, uns flipcharts aqui, vários na sala. Então, vocês vejam qual é o que lhes interessa para a primeira. A número dois está no fundo da sala. A três está por aquela parte à direita. E há um quarto, com um fluxograma de processos, que também temos comentado.

Vejamos como é que vamos proceder, a Cheryl, ela sabe bem como lidar com grupos. Mas cada um dos co-líderes vão trabalhar com o flipchart e cada um deles tem apresentado uma discussão de pequenas ideias. Que vocês incorporem suas ideias e comentários e opiniões.

Então, como é que vamos começar?

CHERYL LANGADON-ORR: Queria comentar, eu queria que Julie se apresentasse. Porque ela está trabalhando com os participantes remotos.

JULIE HEDLUND: Sim, os participantes remotos vão poder participar nessas sessões de subgrupos. Vocês podem incluir as perguntas no

Adobe Connect com o formato entre colchetes. Por exemplo, escrever Q1 para pergunta, abre colchete, a pergunta, fecha colchete. Isso vai ficar no chat. Deve ser bem claro.

E aqui, o pessoal vai pegar os seus comentários. E vamos ter esses subgrupos trabalhando. E também, seus comentários incluídos, que serão lidos e comentados.

JAVIER RUA-JOVET: Muito obrigado. Martin, você tem algum...?

MARTIN SUTTON: Sim, esse é um experimento, vai ser um experimento. Espero que seja bem sucedido. Mas eu queria destacar, que temos membros [inaudível] normais da Via de Trabalho 5. Alguns que nem sempre podem participar das chamadas e há muita gente, que nunca participou, que não participa da Via de Trabalho 5. E para aqueles que não podem participar regularmente da Via de Trabalho 5, embora sejam membros, espero que essa seja uma oportunidade para contribuir nesses subgrupos. Então, sugiro que os membros da Via de Trabalho 5 continuem com as conversas, com as perguntas e que passem de um grupo para outro. Especialmente, aqueles que já tiverem participado. E houve contribuições muito boas. E eu espero que essas pessoas estimulem os outros com perguntas e comentários.

Muito obrigado.

JAVIER RUA-JOVET: Obrigado, Martin. E também, temos três flipcharts com perguntas e uma quarta, que mostra o fluxograma do processo para os nomes de cidades que não são capitais. Vocês, eu peço que vejam o que vocês podem comentar, se há alguma coisa que possa ser alterada.

E, Martin, eu vou aqui, então, ocupar-me da pergunta 3. E, Martin, e você?

CHERYL LANGDON-ORR: Então, eu vou para o flipchart da pergunta 3. Então, senhoras e senhores. então, peço que vocês se aproximem dos flipcharts de seu interesse. Vamos ter pelo menos duas pessoas em cada um, um dos líderes da Via de Trabalho 5 e também, o assistente de outras Vias de Trabalho para captar suas reflexões e dirigir as discussões.

Sim?

Gostaria muito de apresentar as perguntas aqui na tela, mas elas já estão bem claras nos flipcharts.

Um exercício de 20 minutos e podemos estender também, mais um pouco a sessão, 20 minutos, por enquanto.

[PAUSA]

DESCONHECIDO: Você não precisa ficar sempre no mesmo grupo. Você pode ir a um dos outros grupos e expressar as suas ideias.

[PAUSA]

JEFF NEUMAN: Bem, nós temos mais cinco minutos. Um alerta de cinco minutos antes de começarmos a discutir. Então, cinco minutos.

[PAUSA]

JEFF NEUMAN: Eu gostaria, então, que vocês concluíssem. Eu pedi para os líderes, então, que concluíssem a conversa de seus grupos para a gente poder discutir aqui com o grupo todo. Nós temos dois minutos. Então, por favor, peço que comecem a concluir.

[PAUSA]

JEFF NEUMAN: Temos um minuto só. Então, por favor, gostaria de pedir, então, que todos já tomassem os seus lugares. Eu gostaria de chamar os colegas aqui para a mesa, os outros líderes.

[PAUSA]

DESCONHECIDO: Olá a todos. Por favor, voltem, então, para que possamos apresentar o que foi feito até agora. Por favor, voltem.

[PAUSA]

CHERYL LANGDON-ORR: Por favor, se os colegas quiserem ficar junto de seus flipcharts, podem ficar. Porque nós temos microfones móveis. Então, vocês decidem se quiserem voltar a mesa ou ficar junto dos flipcharts para a gente continuar a sessão, por favor.

ANNEBETH LANGE: Eu estava lá naquele canto do processo. É muito difícil de ver o que a gente escreveu, mas o que foi interessante é que a discussão se concentrou nas questões materiais. É claro que o

processo será dirigido pelo o que discutimos ou decidirmos sobre as questões materiais. Algumas coisas que eu gostaria de destacar é que não devemos mudar um processo que já foi decidido, que foi um dos problemas da última rodada. E isso significa que temos que discutir tudo, antes de decidir como será o processo.

Foi discutida a previsibilidade, que é importante. Então, o que devemos fazer agora, é melhorar a previsibilidade. Não só para o solicitante, como para a comunidade.

É importante que se o processo for seguido como no manual, nós devemos verificar e o solicitante também, deve verificar se esse é o nome geográfico e quais são os requerimentos. E também, deve ser definido um prazo para que o solicitante atue e que as autoridades governamentais, também, possam atuar.

As diferentes partes, o que elas discutirem, isso deve ser registrado para melhorar a transparência. E cada parte deve confirmar o seu status. Deve haver um prazo final para não-objeção.

E outra sugestão foi que durante o processo deve haver um órgão consultivo, como os painéis geográficos, que temos hoje. E é óbvio, que poderíamos ter uma solução pagando uma taxa razoável. É claro, que é um segredo de negócios. Então, devemos melhorar o processo, podendo enviar na solicitação

antes de buscar a não-objeção. Então, você não precisa ter que pagar tudo antes e correndo o risco de que haja uma objeção.

E foi sugerido que o GAC poderia ter um papel diferente para ajudar os solicitantes.

Então, agora, o Grupo 1. É com você, Olga?

OLGA CAVALLI:

Nós fomos bem eficientes. Não sei, foi muito fácil. Nós temos mais ou menos as mesmas perguntas. A pergunta foi: se for uma cidade, que não for capital, deve haver uma proteção universal desse nome?

Houve muitos comentários a favor, dizendo que a legislação local e o significado do nome deve ser respeitado. E os artigos do estatuto da ICANN diz que a legislação local deve ser respeitada. Os governos precisam respeitar ou proteger o interesse dos residentes das comunidades. As cidades são comunidades de pessoas e devem ser protegidas. Então, as cidades devem ser consultadas. É muito importante que os governos municipais sejam envolvidos e todas as cidades, nomes de cidades devem ser respeitadas e protegidas. E esses nomes são partes da história de um país, tem significado cultural. Devem ser protegidos com base na lista das Nações Unidas e respeitar a legislação local e nacional.

A respeito dos nomes geográficos, eles não são apenas únicos, mas também eles são parte da identidade do povo e da comunidade. Então, deve haver um mecanismo para esse tipo de nome, quando eles forem geográficos.

E uma terceira opção seria [inaudível] do processo de TLDs e isso deve contar com um direito. E os países têm direitos soberanos de regular o uso de seus nomes. E os TLDs têm efeitos em todos os países.

Então, foi mais ou menos isso que quanto a proteção de nomes de cidades, que não são capitais, muitas vezes, eles não são únicos e tem nenhum residente ou governo é proprietário do nome. É muito difícil de definir. Então, eu me oponho a proteção universal de uma cidade, porque isso seria exceder os direitos. Deve haver uma lista de nomes com limites razoáveis. Então, muitas cidades têm usos genéricos. Como é que isso vai funcionar? É muito complexo.

Outro diz: se um solicitante utilizar, usar o TLD de uma comunidade ou de um local para um fórum da comunidade, poderia ser um fator. Então, não há uma base para essa proteção. Não há uma base legal para solicitar esses direitos. Não há uma definição comum. Depende como você define cidade. Então, essa regra iria contra o direito de expressão de todos os solicitantes.

Então, nós temos nomes, têm muitos significados.

MARTIN SUTTON:

O nosso grupo foi muito animado. Muito obrigado por suas contribuições. Eu vou aqui, falar de algumas. E podem, por favor, falar se eu deixei alguma coisa de fora.

A pergunta 2 tinha a ver com nomes de cidades, que não são capitais, que são solicitadas, que serão utilizadas como em termo geográfico. Então, como é que vai se determinar qual governo ou autoridade é a parte relevante e como é que o solicitante vai pedir aprovação das cidades?

Então, se você não tem como propósito de usar isso como nome da cidade, não precisa passar por esse processo. Então, o trabalho encontrar todos os locais, que tenham o mesmo nome, buscar aprovação das autoridades, obter uma carta ou aprovação ou não-objeção vai ser um trabalho enorme e é irrelevante. Então, deve estar focado na cidade, que você efetivamente está solicitando o nome. E essa é a autoridade local.

Então, em algumas situações, que pode ser que o solicitante não seja daquela jurisdição. Mas seria importante, que a cidade -cujo o nome, você está solicitando - tenha uma autorização, quanto ao estabelecimento de uma lista definitiva de nomes

protegidos. Algumas ideias, como por exemplo, a lista da ONU, poderia se usar. Define todas as grandes cidades, uma grande cidade com mais de 100 mil habitantes e essa lista tem umas definições. Então, isso poderia ajudar a identificar cidades significativas, não necessariamente, capitais. Então, essa foi uma das ideias.

Uma alternativa ou complementar seria usar como referência, as cidades onde estão localizados aeroportos. Então, nós temos uma lista definida de aeroportos e cidades, que poderiam ser associadas com aquelas cidades, em especial. Então, se poderia pedir uma carta de aprovação da autoridade desse local.

Não tivemos muito tempo para discutir se faz sentido ou não, obter essa carta de apoio ou não-objeção. O que nós discutimos anteriormente, é que, bom isso está bem mas precisa ser bastante direcionado. Então, isso é necessário ter autoridade relevante da cidade, da qual você está solicitando o nome. Obrigado.

JAVIER RUA-JOVET:

Muito obrigado pela participação tão ativa no nosso grupo, da mesma forma como nos outros grupos. No nosso tópico, nos concentramos nas exigências para que o solicitante diga qual é o propósito do uso daquela cadeia de caracteres, se é geográfica ou não. Mas eu acho, que temos que dar um passo atrás em

termos de nível de conhecimento, que o solicitante tem de se algo é geográfico ou não, se deve haver listas definitivas ou que digam se o solicitante, se há, se esse nome é geográfico ou não. Não chegamos a nenhum consenso, se essa lista seria boa ou não. Muita gente se opôs. Então, se nós temos uma política que vai estabelecer um limite ou nível de relevância, então, essa lista deve permanecer só de capitais. E as que não são capitais, então, essa lista deve ser aberta.

Quanto ao propósito, a exigência do propósito, alguns disseram que era bom manter isso, porque começa com um registro de que um solicitante está fazendo as coisas de boa fé. Foi dito que o uso não-geográfico, se o solicitante disser que não é um propósito geográfico e na verdade, for um propósito geográfico, ele poderá ser punido, como parte dos procedimentos estabelecidos.

E se discutiu bastante se quem é o proprietário desse nome, qual é a base desses direitos, se houver alguma. Alguns disseram que são direitos e outros disseram, que não. Então, a Robin escreveu três páginas de observações, de anotações.

ROBIN GROSS:

Eu vou tentar resumir aqui, os comentários feitos. Então, talvez, sejam contraditórios, mas eu gostaria de falar de alguns.

Como determinar se é um nome de cidade? Alguns nomes são genéricos e é impossível ter uma lista de todas as cidades do mundo, começando com a pressuposição que as pessoas conhecem todos os nomes. É um problema. O que é um nome geográfico? Se o uso é legal e não representa ou mal representa uma autoridade sobre a cidade. Então, você está, então, enganando as pessoas, usando esse nome. Então, o propósito nos ajuda a decidir se há boa fé ou não no longo prazo.

Então, declarando qual é o propósito é o início de um processo, de um registro de como esse nome será usado. Então, é importante ter um modelo de negócios. Então, a falta de conhecimento na ICANN não favorece um setor em relação a outro.

Então, as cidades que não são capitais não têm nenhum tratamento especial. Então, deve haver uma forma de poder punir, quando há um uso errôneo que possa ser identificado. Isso pode ser feito através do propósito declarado no princípio.

E há a questão também, da liberdade de expressão, que também deve ser protegida nesse processo.

JAVIER RUA-JOVET:

Obrigado. Bom, foi uma discussão muito boa.

ANNEBETH LANGE: Bom, antes de encerrar essa sessão, eu gostaria, antes de passar para o Jeff, agradecer a todos. Foi um experimento muito interessante, muita gente falou. Muita gente que eu nunca tinha ouvido falar, acabou falando aqui. É um bom sinal. Então, o que nós vamos fazer é enviar essas perguntas na lista de e-mails da Via de Trabalho 5. E gostaríamos que vocês continuassem a contribuir. E isso aí, vai ser utilizado no relatório. Então, eu gostaria de passar para o Jeff Neuman.

JEFF NEUMAN: Desculpe, você esqueceu de mencionar a próxima sessão, que acontece na quinta-feira. Venham de novo, na quinta-feira nesse mesmo horário, às 15:15h até às 16:45h.

Então, vamos passar para o próximo slide, se vocês então... Nós discutimos isso na última sessão. Esse é um cronograma tentativo da Via de Trabalho 5. Aqui disse Julho, mas eu acho que vai ser mais para o final do verão e não no meio do verão. mas o objetivo é publicar o relatório final em linha com os procedimentos subsequentes no segundo trimestre de 2019.

Nós já discutimos com o grupo, que o relatório inicial será estruturado da mesma forma que os relatórios das Vias de Trabalho 1 à 4. E dizendo qual é a situação no momento, o que nós discutimos, qual é a tendência de consenso, quais são as áreas em que há controvérsias. E isso será colocado para

comentários públicos. Esse é o objetivo do grupo e esse é o cronograma.

Eu não sei se há outro slide. Nós só temos mais cinco minutos. Eu não sei se há tempo para a gente responder perguntas.

Bom, Kavouss?

KAVOUSS ARASTEH:

Sim. Distintos líderes e co-líderes, os que propuseram esse exercício, que fizemos já em outras áreas. Eu não sei se isso resulta em algo positivo ou negativo ou deixa ao público.

Mas o resultado dessas consultas, levando em conta todas as visões, é uma compilação de opiniões opostas, contradições que não vai levar a lugar nenhum. Nem vai levar a lugar nenhum, em relação a continuação do seu trabalho.

A publicação não vai adicionar mais do que já há nesse relatório de 30 páginas, que é cheio de vantagens e desvantagens. E isso não vai nos levar a lugar nenhum. Nós temos essas - nós do governo, eu quero dizer - fazemos isso em outras organizações, como na ONU e isso não nos leva a lugar nenhum. Alguns acham que é uma vantagem, outros acham que é uma desvantagem e vice-versa. Então, eu acho que isso não deve continuar. Nós temos que encontrar uma outra forma. Não há nenhum problema em relação ao site, podemos ver o que podemos fazer

para avançar. Mas eu não vejo nenhuma luz no fim do túnel com todas essas direções, orientações e direções opostas.

Então, não acho que seria vantagem que nenhum governo federal, municipal ou estadual deveria ser excluído dessas discussões. Em relação a cidade, eu acho que nós não podemos interferir na política local de cada país. Nós não devemos entrar dentro desse papel de ser uma minoria ou uma maioria e tentar na política de cada país, e aumentar o nível de dificuldades.

Mas, de qualquer forma, eu lhes desejo boa sorte.

ANNEBETH LANGE:

Muito obrigado, Kavouss. Alguém mais quer falar? Nós temos microfones móveis, se alguém quiser falar.

Bem, eu acho que ninguém mais tem gás aqui.

Bom, queremos lembrar novamente, da sessão da quinta-feira, no mesmo horário. Quinta-feira, aqui nesse mesmo local, nesse mesmo horário.

Então, espero que aproveitem a cidade do Panamá e a nossa reunião. Muito obrigado.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]